d) Outras obras:

I) Edifícios públicos. Conclusão dos edifícios em construção e adaptação, arranjo geral da Praça do Comércio e instalação de serviços públicos;

II) Restauração e reparação de castelos e monumentos nacionais;

III) Trabalhos de urbanização;

IV) Estádio Nacional. Construção do edifício do Instituto Nacional de Educação Física e do hipódromo.

§ 2.º O Governo graduará a distribuição das verbas para os fins do parágrafo anterior, tendo principalmente em atenção a necessidade de dar o maior incremento possível à produção.

Art. 11.º No orçamento para 1947 o Governo inscreverá, em despesa extraordinária, as verbas necessárias para pagar ao Instituto Geográfico e Cadastral as despesas com os levantamentos topográficos e avaliações a que se refere o decreto-lei n.º 31:975, de 20 de Abril de 1942.

Art. 12.º As construções referidas na alínea c) da base VIII da lei n.º 1:971, de 15 de Junho de 1938, poderão constar de projectos especiais, ainda que não tenham de preceder os trabalhos de arborização.

§ único. Enquanto se não dispuser de cartas na escala fixada na mencionada base VIII, podem os projectos de arborização de serras e dunas ser elaborados sobre as cartas da região na maior escala em que estejam publicadas.

Art. 13.º Continua o Governo autorizado a atribuir ao residente de S. João Baptista de Ajudá, como vencimento, a quantia que for estabelecida pelo Ministro das Colónias, com o acordo do Ministro das Finanças.

Art. 14.º O Governo, pelo Ministério das Finanças, estudará a forma de uniformizar os impressos comuns a todos os serviços do Estado e organizar em conjunto a sua aquisição, bem como a de artigos de higiene e expediente a que possa aplicar-se tal regime, podendo, para tanto, criar um organismo centralizado encarregado de realizar as aquisições e fazer a sua distribuição pelos serviços segundo as necessidades destes.

Art. 15.º Se as possibilidades do Tesouro o permitirem, o Governo estudará a forma de conceder aos pensionistas do Montepio dos Servidores do Estado um subsídio eventual, variável com o quantitativo das pensões, mas não superior a 30 por cento, salvo nos casos de pensão inferior a 100\$ mensais, em que esta percentagem poderá ser mais elevada.

Art. 16.º Deixará em 1947 de fazer-se o processamento de despesas no regime de despesa excepcional derivada da guerra, salvo para os fins seguintes:

a) Reconstituição económica da colónia de Timor, bem como da sua vida administrativa, militar e financeira, e manutenção nas colónias de forças militares metropolitanas;

b) Manutenção de forças militares extraordinárias aguardando licenciamento ou integração nos quadros normais;

c) Recondicionamento de material de guerra e equipamento desmobilizados;

d) Transporte de forças desmobilizadas;

e) Despesas do Ministério da Marinha de natureza idêntica às mencionadas nas alíneas anteriores.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Dezembro de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Augusto Cancellata de Abreu — Marcello José das Neves Alves Caetano — José Caetano da Matta — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Direcção Geral da Fazenda Pública

Decreto-lei n.º 36:065

Visto não subsistirem, em relação ao trânsito no País de ouro em metal ou amoeado, as circunstâncias que tornaram esse trânsito também exclusivo do Banco de Portugal;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É revogado o decreto-lei n.º 32:291, de 28 de Setembro de 1942, que mandou aplicar ao trânsito internacional de ouro em barra ou amoeado no continente e ilhas adjacentes o disposto nos artigos 1.º e 2.º do decreto-lei n.º 32:078, de 11 de Junho do mesmo ano.

Art. 2.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Dezembro de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Augusto Cancellata de Abreu — Marcello José das Neves Alves Caetano — José Caetano da Matta — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 36:066

Com mais de oitenta anos de existência, a Cruz Vermelha Portuguesa tem prestado, na paz e na guerra, serviços de extraordinário alcance. Através da Cruz Vermelha Portuguesa, com o decidido apoio do Governo, ainda durante a recente guerra pôde ser prestado eficiente auxílio a muitos milhares de indivíduos sujeitos às mais graves dificuldades morais e materiais, em países e regiões devastados pelo terrível cataclismo. Pela sua própria posição de capital de uma nação neutral, Lisboa foi grande centro aglutinador de boas vontades para acudir à desgraça alheia, e todo o Mundo sabe a quantas situações desesperadas foi possível atender, quantos sofrimentos foram atenuados pela chegada a tempo de amparo moral e de recursos materiais solicitadamente reunidos pela benemérita instituição.

Depois de tantos esforços e de tanto trabalho realizado, talvez mesmo porque o esforço aturado esgota, encontra-se agora a Cruz Vermelha Portuguesa em grave crise interna, por se terem obliterado os entusiasmos das horas más, e através dos estatutos que actualmente regem a instituição — amontoado de disposições fragmentárias, que se contradizem e atropelam — não é possível encontrar o remédio que urgentemente se impõe.

Mas a Cruz Vermelha é uma instituição de utilidade pública, ligada a congéneres organizações estrangeiras, e o Governo, obrigado por convenções internacionais a estimular e favorecer a actividade e a vida da Sociedade, tem o dever de não a deixar soçobrar em face de dissidências ou faltas de interesse, que, concorrendo para desagregar a instituição, se poderiam reflectir no prestígio nacional.

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São dissolvidos os actuais corpos gerentes da Sociedade Cruz Vermelha Portuguesa, considerando-se

o seu mandato terminado na data da publicação do presente diploma.

Art. 2.º As actuais comissão central e comissão administrativa da Cruz Vermelha Portuguesa, constituídas com a aprovação do Ministério da Guerra, nos termos dos artigos 31.º e 39.º do decreto n.º 9:802, de 16 de Junho de 1924, são substituídas por uma comissão administrativa, nomeada por livre escolha do Ministro da Guerra.

§ 1.º A comissão administrativa será constituída por um presidente e quatro vogais, dos quais um terá a designação e assumirá as funções de secretário geral e outro as de tesoureiro.

§ 2.º Junto da comissão administrativa e sob a autoridade do respectivo presidente, funcionará uma secção auxiliar feminina, especialmente encarregada de congregar as senhoras portuguesas que desejem colaborar na execução dos objectivos da Cruz Vermelha, com observância do seu sentido cristão e sem a preocupação de ideal político ou de confissão religiosa.

A secção auxiliar feminina da Cruz Vermelha Portuguesa funcionará sob a orientação de um corpo directivo, constituído por três senhoras de reconhecida idoneidade, uma das quais será a presidente e as restantes vogais. Uma das vogais será, de preferência, formada em Medicina e desempenhará as funções de secretária geral da secção.

Art. 3.º Os membros dos corpos dirigentes da Cruz Vermelha Portuguesa nomeados nos termos do presente diploma são considerados sócios beneméritos da instituição. As funções de secretariado poderão ser remuneradas por gratificação fixada por despacho do Ministro da Guerra.

O cargo de secretário geral, quando desempenhado por oficial do exército ou da armada, no activo ou na situação de reserva, é considerado para todos os efeitos legais como comissão militar de serviço efectivo.

Art. 4.º A comissão administrativa da Cruz Vermelha Portuguesa apresentará ao Ministro da Guerra, no prazo de noventa dias da data da sua posse, um projecto de reorganização do estatuto fundamental da Sociedade, elaborado segundo as directivas que lhe forem dadas pelo Governo, respeitadas os preceitos de carácter internacional a que a mesma Sociedade está sujeita e a sua qualidade de corpo auxiliar das formações sanitárias de campanha, em tempo de guerra ou de grave emergência.

§ único. Até à publicação do novo estatuto, os corpos dirigentes da Cruz Vermelha Portuguesa ocupar-se-ão de preferência dos assuntos correntes da vida da Sociedade.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Dezembro de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Augusto Cancellata de Abreu — Marcello José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Matta — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Superintendência dos Serviços da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 11:651

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que a canhoneira *Ibo* passe a ser

classificada navio hidrográfico e seja destinada aos serviços a cargo da brigada independente da Direcção de Hidrografia, Navegação e Meteorologia Náutica, com a seguinte lotação:

Oficiais

Comandante (chefe da brigada hidrográfica independente)	1	
Imediato (primeiro ou segundo-tenente)	1	
Primeiro ou segundo-tenente (a)	1	
Segundo-tenente engenheiro maquinista, maquinista naval ou segundo-tenente auxiliar (conductor)	1	4

Sargentos e praças do Corpo de Marinheiros

1.ª brigada

Primeiro ou segundo-sargento artilheiro	1	
Primeiro ou segundo-marinheiro artilheiro	1	
Primeiros-grumetes artilheiros	2	4

2.ª brigada

Primeiros ou segundos-sargentos condutores de máquinas	3	
Cabo fogueiro	1	
Primeiros-marinheiros fogueiros	4	
Segundos-marinheiros fogueiros	6	
Primeiros-grumetes fogueiros	8	
Cabo torpedeiro	1	
Primeiro ou segundo-marinheiro torpedeiro	1	
Primeiro-grumete torpedeiro	1	
Primeiro ou segundo-marinheiro radiotelegrafista	1	
Primeiro-grumete radiotelegrafista	1	27

3.ª brigada

Primeiro ou segundo-sargento de manobra	1	
Cabo de manobra	1	
Primeiros ou segundos-marinheiros de manobra (b)	6	
Primeiros-grumetes de manobra	2	
Segundos-grumetes	8	
Primeiro ou segundo-sargento enfermeiro	1	
Primeiro-dispenseiro	1	
Primeiro-cozinheiro	1	
Segundo-cozinheiro	1	
Primeiros ou segundos-criados	2	24

Total 59

(a) Só será necessário o seu embarque durante levantamentos hidrográficos.

(b) Um dos marinheiros deve ser sinaleiro.

Ministério da Marinha, 28 de Dezembro de 1946.— O Ministro da Marinha, Américo Deus Rodrigues Thomaz.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 11:652

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações:

1.º É fixado em 2:000 o número de automóveis-táxi-metros atribuídos à cidade de Lisboa.

2.º As viaturas a averbar de futuro para esse serviço deverão obedecer às seguintes condições técnicas:

a) Tipo fechado, de quatro portas;

b) Lotação:

Para a tarifa mais baixa: três passageiros no banco da retaguarda e um ao lado do motorista,